

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IERI)**

GIOVANA MARIA PARADA ZICHINELLI

Transformações no cotidiano da rede urbana: a chegada dos campi das IFES

**Uberlândia
2024**

GIOVANA MARIA PARADA ZICHINELLI

Transformações no cotidiano da rede urbana: a chegada dos campi das IFES

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães

**Uberlândia
2024**

GIOVANA MARIA PARADA ZICHINELLI

Transformações no cotidiano da rede urbana: a chegada dos campi das IFES

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Uberlândia, 19 de novembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães (IERI – UFU)

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins (IERI – UFU)

Prof. Dr. Vanessa da Costa Val Munhoz (IERI – UFU)

AGRADECIMENTOS

Concluir mais essa etapa representa algo significativo em minha jornada acadêmica, profissional e pessoal. Este trabalho só foi possível com o apoio e incentivo de pessoas e instituições especiais, as quais dedico meus agradecimentos.

Primeiramente, agradeço os meus pais, Marcos e Marialice, que não mediram esforços para que eu tivesse um apoio financeiro e emocional mesmo a quilômetros de distância, prezando sempre pela minha educação e formação acadêmica, independente de todos os desafios. Agradeço também a minha irmã Marcela e meus familiares, que contribuíram de diversas formas para que eu pudesse chegar até aqui. A vocês, minha eterna gratidão pelo carinho, cuidado e paciência desde o início.

Agradeço aos amigos que construí, que estiveram ao meu lado nos momentos de dificuldades e angústias, mas que principalmente fizeram com que essa caminhada fosse mais leve e prazerosa. A vocês, minha gratidão por ter cada um ao meu lado, espero levá-los para sempre comigo.

Agradeço à minha instituição de ensino, Universidade Federal de Uberlândia, pela estrutura e pelas oportunidades de aprendizado e conhecimento. Aos meus professores e professoras, que compartilharam de suas ideias e conhecimentos, me inspirando cada vez mais em determinados assuntos. Em especial aos presentes nessa banca examinadora, professor doutor Humberto Eduardo de Paula Martins e professora doutora Vanessa da Costa Val Munhoz.

Agradeço, em especial, ao meu professor e orientador, o professor doutor Eduardo Nunes Guimaraes, pela orientação, pela paciência, pelo apoio e principalmente por ter sempre me motivado a seguir em frente. Sou imensamente grata pelos valiosos ensinamentos e discussões ao longo desse trabalho. Sua expertise e suporte foram essenciais para a realização desse projeto.

Por fim, agradeço imensamente a Associação Atlética Acadêmica Monetária, pela oportunidade de conhecimento para além das salas de aula, por me proporcionar um aprendizado pessoal e profissional de uma forma diferente. Além de todas as amizades que construí nesse período que foram fundamentais para a conclusão dessa etapa, meus sinceros agradecimentos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse momento, minha eterna gratidão.

RESUMO

O estudo do desenvolvimento regional e urbano é um campo reconhecido nas ciências econômicas pela sua capacidade de identificar características geoeconômicas importantes de grandes e pequenas áreas, assim como os resultados de iniciativas dos governos ao longo do tempo. Dessa forma, a criação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como uma política pública de descentralização, tem um impacto significativo de mudar a trajetória econômica, social e regional interna e externamente a essas localidades. Esse é o caso de Parnaíba (PI), Jataí (GO), Catalão (GO), Cruz das Almas (BA) e Redenção (CE), municípios afetados positivamente quando o governo decidiu criar ou dar autonomia a IFES localizadas nessas cidades desde 2006. Os resultados econômicos entre 2000 e 2023, como o de crescimento do PIB, de aumento populacional e de variáveis financeiras evoluindo são alguns dos dados utilizados para sumarizar empiricamente esse impacto. Assim, a partir do método hipotético-dedutivo, esta pesquisa procurou identificar os efeitos transformadores da política de implementação das IFES nesses municípios, para compreender seu impacto regional do ponto de vista do desenvolvimento e ser uma fonte para formuladores de política pública que busquem evidências concretizadas das IFES em cidades interioranas.

Palavras-chave: novos campi, desenvolvimento regional, rede urbana.

ABSTRACT

Urban development and regional studies are a field recognized in economic sciences for its ability to identify important geoeconomics characteristics of large and small areas, as well as the results of government initiatives over time. Thus, the creation of Federal Higher Education Institutions as a public policy of decentralization has a significant impact on changing the economic, social and regional trajectory within and outside these locations. This is the case of Parnaíba (PI), Jataí (GO), Catalão (GO), Cruz das Almas (BA) and Redenção (CE), municipalities that were positively affected when the government decided to create or grant autonomy to IFES located in these cities since 2006. The economic results between 2000 and 2023, such as GDP growth, population growth and financial variables evolution are some of the data used to empirically summarize this impact. Thus, based on the hypothetical-deductive method, this research sought to identify the transformative effects of the IFES implementation policy in these municipalities, in order to identify regional impact from the point of view of development and to be a source for public policy makers seeking concrete evidence of IFES in inland cities.

Keywords: new campuses, regional development, urban network.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios selecionados pela população total e matrículas nas IFES: de 2010 e 2002	21
Tabela 2 – Brasil, número de matrículas na graduação presencial do sistema IFES: bacharelado e licenciaturas	22
Tabela 3 – Matrículas nos cursos de graduação: bacharelado e licenciatura	23
Tabela 4 – Caracterização das IFES por municípios selecionados e matrículas 2001-2005	25
Tabela 5 – Evolução das matrículas presenciais nos municípios selecionados: graduação e licenciatura	26
Tabela 6 – Evolução das matrículas presenciais nos municípios selecionados: graduação e licenciatura	27
Tabela 7 – População Total nos municípios nos anos de 2000, 2010 e 2022	36
Tabela 8 – PIB dos municípios nos anos de 2010 e 2021*	36
Tabela 9 - Dados de emprego formal nos municípios	38
Tabela 10 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2010	41
Tabela 11 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2014	41
Tabela 12 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2018	42
Tabela 13 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2022.	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Veículos totais dos municípios selecionados - 2005 - 2022	39
Gráfico 2 – Automóveis totais dos municípios selecionados - 2005 - 2022	40
Gráfico 3 – Motocicletas totais dos municípios selecionados - 2005 - 2022	40

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Município de Parnaíba	29
Mapa 2 – Município de Redenção	31
Mapa 3 – Município de Cruz das Almas	32
Mapa 4 – Município de Jataí	33
Mapa 5 – Município de Catalão	35

LISTA DE SIGLAS

AUR – Arranjo Urbano-Regional
BA – Bahia
BACEN – Banco Central do Brasil
CE – Ceará
EAD – Ensino À Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FCA – Ferrovia Centro-Atlântica
GO – Goiás
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PI – Piauí
PIB – Produto Interno Bruto
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENATRAN – Secretaria Nacional de Trânsito
SISU – Sistema Unificado de Seleção
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFBE – Universidade Federal da Bahia
UFCat – Universidade Federal de Catalão
UFDPAR – Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJ – Universidade Federal de Jataí
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ZPE – Zona De Processamento de Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Referencial Teórico.....	16
Justificativa.....	18
Metodologia.....	19
CAPÍTULO I.....	22
A expansão e interiorização das IFES no território nacional: casos selecionados.....	22
A história e trajetória de expansão das IFES em municípios selecionados.....	23
CAPÍTULO II.....	29
O impacto das IFES: características e desenvolvimento econômico dos municípios selecionados.....	29
Parnaíba.....	29
Redenção.....	30
Cruz das Almas.....	31
Jataí.....	33
Catalão.....	34
Um breve retrato econômico dos municípios selecionados.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

A expansão e a interiorização do ensino superior público representam, desde a década de 1950 no Brasil, um importante instrumento de desenvolvimento regional. Conforme destacado por Guimarães e Oliveira (2021) a expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ganharam espaço na política nacional e passaram a compor a política de desenvolvimento regional e promoção da industrialização. Neste sentido, diversos municípios localizados no interior do país, de diferentes tamanhos demográficos e variados contextos econômicos, utilizaram as demandas por investimentos públicos em educação superior como estratégias de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, em um país de grandes dimensões geográficas e populacionais como o Brasil, nota-se que embora seja um fato a expansão e interiorização do sistema de IFES¹, apenas um grupo seleto de municípios do interior do país, excluindo as capitais dos estados, passaram a contar com estes investimentos do governo federal, mesmo depois do recente programa de expansão e interiorização ocorrido entre 2003 e 2012.

Segundo Guimarães e Oliveira (2021) é importante ressaltar que apesar do legado histórico e suas respectivas realidades estruturais, o sistema de IFES no território brasileiro pode ser caracterizado em quatro fases: uma primeira fase de criação (1931-1964), onde foram iniciadas diversas instituições; uma segunda fase de fortalecimento do sistema (1965-74), quando a criação e a expansão das IFES foram associadas ao objetivo público de transformá-las em instrumento de política de desenvolvimento regional, formalmente incorporado nos documentos oficiais da política do Estado; uma terceira fase de restrições (1975-2002), marcada pelo estrangulamento relativo do sistema das IFES, quando foram criadas apenas 06 novas Universidades; por fim, a quarta e mais recente fase, forjada a partir de 2003, que se notabilizou por incorporar o vetor da expansão da primeira fase e buscar as estratégias de interiorização e desenvolvimento regional da segunda fase, além de incorporar novos desafios de inclusão e permanência, como reflexo das assimetrias sociais e raciais.

Dessa forma, o último quartel do século XX foi marcado por um incentivo no investimento público, que avançou pela área de educação, em contraste com o avanço

¹Apesar da reconhecida importância das Instituições Estaduais de ensino superior em alguns estados, com destaque para o sistema estadual paulista, assim como para a contribuição mais recente da expansão das matrículas em graduação (bacharelado e licenciaturas) nas instituições federais com tipo de organização CEFET e IFET, neste estudo foram levados em consideração apenas os casos de oferta de cursos de graduação presenciais pelo sistema nacional de IFES.

demográfico no país, sem desmerecer a importância dos avanços pontuais, resultado de um período que conviveu com os desafios da dívida externa e inflação descontrolada que marcaram a crise econômica brasileira e latino-americana da segunda metade da década de 1970 até o início dos anos 1990.

Como legado dos constrangimentos na oferta verificados na terceira fase, em que predominou um menor ritmo de crescimento absoluto e regionalizado do sistema IFES, ficou patente que o sistema de ensino superior privado acabou ocupando, a partir da década de 1970, um maior espaço no sistema de ensino superior nacional, seja em função da enorme pressão do mercado, seja em função da desordenada urbanização das grandes cidades. Com base nos dados apresentados por Oliveira *et al.* (2017) e os dados do Censo da educação do INEP (1991-2023), percebe-se que a participação das matrículas em cursos de graduação presenciais nas Instituições de Ensino Superior da rede pública que era de aproximadamente 55% do total de matriculados no ensino superior em 1968, foi reduzida para a faixa de 38% em 1973, e se manteve neste patamar até o ano de 1998, quando iniciou nova fase de perda de participação, chegando nas primeiras décadas do século XXI a faixa de 20-25%.

Outro aspecto a ser observado é que no período 1991-1998 a parcela de participação das matrículas presenciais nas IFES era de aproximadamente 50% das matrículas no ensino superior público. Portanto, no início do século XXI as matrículas públicas continuaram a perder participação no sistema de ensino superior, caindo do patamar de 30% em 2001 para aproximadamente 25% do total de matrículas no ensino superior presencial em 2007, ano em que foi criado o programa de apoio REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) de 2007. Neste sentido é fundamental avaliar a importância desta política de Estado, claramente dirigida para a expansão e interiorização do ensino superior de qualidade, fomentando o crescimento real no número de IFES e, particularmente, apresentando resultados de expansão de novos cursos e matrículas no sistema federal que, se não foram suficientes para ampliar a participação da oferta pública preexistente em 2003-2007, foram decisivos para o incremento e maior capitalização do sistema IFES. De um lado, o que se observa é um crescimento da participação das matrículas no sistema de IFES, compensando a menor expansão geral das matrículas ofertadas nas redes municipal e estadual de ensino superior. Do outro lado, nota-se que o sistema privado tem priorizado o incremento das matrículas na modalidade de Ensino À Distância (EAD), com significativas perdas de qualidade que precisam ser mais bem avaliadas e reguladas.

Portanto, nas últimas duas décadas (2003-2023), a expansão e interiorização experimentada pelo sistema de IFES revisitou diversos desafios, dentre os quais nosso estudo pretende destacar o impacto da interiorização do sistema. Neste sentido, com base na decisão de interiorização das IFES encontrava-se o desafio de escolher alguns novos municípios, em todas as regiões da imensa rede urbana nacional, para serem palcos privilegiados deste expressivo investimento público. O novo plano de expansão e interiorização do sistema de ensino público superior federal foi definido em uma ação conjunta envolvendo governo e dirigentes das universidades. Alguns dos municípios a serem beneficiados neste planejamento receberiam, e de fato receberam, investimentos oriundos da expansão de campus fora de sede de universidades já estruturadas e com funcionamento de longa data em outros municípios. Em alguns outros casos, os municípios contemplados passariam a ser sede de novas universidades, seja pela expansão e desmembramento de uma IFES já existente em outro município, seja pela criação propriamente dita de uma nova estrutura de instituição federal.

Tendo por base estes arranjos, nossa ideia é a de que as escolhas dos novos municípios não foram fundadas em um planejamento específico da rede urbana nacional. Ou seja, nossa preocupação recai sobre o planejamento e implementação regionalizada do projeto de expansão e interiorização, seja por parte dos governos, seja por parte dos dirigentes das próprias IFES, que acabaram ficando reféns de condições históricas herdadas e de interesses de grupos políticos e privados que atuaram decisivamente no direcionamento dos investimentos e nas escolhas realizadas. Ou seja, a hipótese aqui sustentada é a de que não existiu um plano regional e urbano prévio de interiorização que tenha norteado as decisões de criação e expansão das IFES.

À vista deste panorama, o presente trabalho não se propõe a realizar uma análise da política recente (2003-2014) do governo federal de expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). De forma bem objetiva, nosso estudo procura se concentrar em um objeto bem específico da política de expansão e interiorização das IFES: as transformações econômicas e sociais nas regiões/municípios do interior que receberam instalação/expansão de Universidades Federais na quarta fase do processo de expansão e interiorização das IFES: 2003-2014. Com isso, o trabalho tem como motivo da escolha analisar o papel das IFES como elemento da política de desenvolvimento regional em sistemas regionais e urbanos selecionados. Além disso, esta pesquisa apresenta a seguinte problemática a ser discutida no decorrer das análises: quais são as principais transformações econômicas que ocorrem nos municípios do interior, considerando sua posição no sistema regional e urbano

específico, a partir da instalação ou expansão de um campus de IFES?. Essa problemática foi levantada devido a uma hipótese de que a chegada e ou expansão dos campi afetou positivamente nas atividades econômicas e sociais daquela localidade e seu sistema urbano e regional.

A urbanização do interior, as transformações no mercado de trabalho e a maior integração comercial e produtiva do mercado interno brasileiro foram revelando as marcantes assimetrias do desenvolvimento regional. As pressões regionalistas pelo desenvolvimento industrial e a identificação do desenvolvimento regional com os investimentos na industrialização levaram às pressões políticas pelo fomento de programas de desenvolvimento regional, notadamente a partir da década de 1960. Conforme ressaltado em Guimarães e Oliveira (2021) e analisado por Cano (1985), nascia assim o embrião da política nacional de desenvolvimento regional, que dentre as suas diversas ações incorporou o programa de interiorização das IFES.

Desta forma, o início do século XXI foi marcado pela pressão social em favor da política nacional de educação, que ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, ajudou na formatação do Plano Nacional de Educação (PNE), 2001-2010, e serviu de parâmetro para a recente política de expansão do ensino superior brasileiro, no período 2003-2014, com um volume representativo de investimentos em novos campi, novos cursos, aumento de servidores e, principalmente, com o aumento de vagas e matrículas. Esta política de expansão e interiorização, consolidado no programa federal REUNI, conforme destacado em diversos estudos (Marquez e Cepêda, 2012; Oliveira, 2019; Guimarães e Oliveira, 2021; Macedo, Monteiro Neto e Vieira (orgs), 2022) promoveu uma representativa ampliação na oferta de vagas de graduação nas IFES e ajudou a criar um novo perfil de discentes, uma vez que veio acompanhada do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de 2007, e das novas regras de ingresso, com a implantação gradativa, a partir de 2010, do novo Sistema Unificado de Seleção (SISU) do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e das políticas afirmativas de cotas. Entretanto, sem desmerecer os avanços desta política, é importante considerar a necessidade de desenvolver um acompanhamento sistêmico dos seus resultados e, assim, ajudar nas discussões acerca dos desafios futuros destas políticas. Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a estudar especificamente os impactos dessa expansão em municípios do interior do país com pequena dimensão demográfica e, para tanto, foi realizado um procedimento metodológico para selecionar cinco casos a serem analisados.

Antes de discutir a metodologia da pesquisa, faz-se fundamental deixar claro que, assim como no estudo de Guimarães e Oliveira (2021), nosso estudo de caso, aplicado a realidades regionais específicas, não pode ser descontextualizado da dinâmica mais geral da economia brasileira e internacional. Ou seja, também partimos do entendimento de que a produção do espaço e a própria estruturação do sistema urbano, conforme destacado em Motta (2002a, p. XI) são consideradas como resultantes “de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor” no conjunto da rede urbana e da sua hierarquia funcional.

Dito isso, é preciso reconhecer que as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial dos municípios brasileiros decorreram de uma particular combinação de especificidades locais/regionais com suas respectivas inserções no plano mais geral da dinâmica macroeconômica e geopolítica nacional. Portanto, o histórico particular de expansão das IFES e o seu crescimento mais recente são partes de um processo mais geral de desenvolvimento urbano e regional observado a partir da dinâmica de transformação da economia nacional e sua inserção internacional. Ou seja, nossa hipótese é que ocorrem impactos demográficos e consequentes efeitos socioeconômicos diferenciados sobre a rede urbana regional, tendo como referência a criação ou ampliação do ensino de graduação federal que, por decisão política e estratégias diversas, passaram a fazer parte da dinâmica social de algumas regiões. Embora alguns casos sejam exitosos, nem todas as decisões de alocação de IFES promovem as sinergias esperadas nos sistemas urbanos e regionais escolhidos e, conseqüentemente, nem todos os casos de investimentos realizados produziram os seus efeitos econômicos proporcionais.

Estudos recentes têm examinado o significativo impacto do crescimento das Instituições Federais de Ensino Superior na rede urbana do Brasil e tem contribuído para o entendimento não apenas do número oficial de universidades criadas, mas também das transformações substanciais que ocorreram ao longo de todo o período e que foram importantes para transformar as IFES do interior em espaços atrativos para servidores e discentes. Na trajetória de expansão do sistema de IFES do Brasil foi notável o avanço na diversificação das áreas de conhecimento e o aumento significativo no volume de pesquisas e publicações, contribuindo não apenas para a quantidade, mas principalmente para a qualidade dos profissionais formados por essas instituições. Mais importante ainda, as universidades federais brasileiras, que inicialmente estavam principalmente focadas na formação de profissionais em seus cursos de bacharelado e licenciatura, gradualmente passaram a incorporar as atividades de pesquisa e pós-

graduação, atraindo assim pesquisadores qualificados e criando diversas formas de interação com o seu entorno social e produtivo.

Pode-se desta forma afirmar que o histórico da expansão das IFES pelo Brasil é reconhecidamente formado por um conjunto diverso e assimétrico de experiências locais e regionais, nas suas diversas localidades, mas sobretudo revela uma somatória de esforços públicos e privados direcionados ao fomento do ensino superior como uma estratégia para o desenvolvimento econômico e social dos municípios e suas respectivas regiões. Nesse contexto, em muitos casos, as datas oficiais de criação, implantação e início das atividades do ensino superior não são necessariamente precisas nas narrativas das diversas comunidades locais e acadêmicas. Ou seja, as atividades de ensino superior que deram origem às IFES que temos no presente, em muitos casos começaram a partir de ações isoladas e incipientes, que enfrentaram um prolongado e desafiador processo de expansão de infraestrutura, aumento de vagas, diversificação de cursos e ampliação do quadro de servidores. Cada caso tem o seu legado, mas é a decisão do Estado de transformar algumas destas experiências em uma instituição de ensino superior de responsabilidade do Governo Federal que estabelece um novo marco na relação entre o ensino superior público e o desenvolvimento local e regional. Assim sendo, a proposta deste estudo é realizar um estudo de caso de diferentes experiências do recente processo de expansão das IFES em municípios selecionados do interior.

Referencial Teórico

Tendo por referência a teoria do desenvolvimento regional e seus principais autores (Hirschman, 1961; Perroux, 1966; Myrdal, 1972), pode-se assumir um princípio básico de que o desenvolvimento não ocorre ao mesmo tempo, e em condições similares em todos os lugares, regiões e territórios nacionais. Assim, segundo estes autores, diversos fatores explicam o desenvolvimento específico, mais ou menos próspero, de cada porção do espaço, os denominados subsistemas econômicos. Ou seja, a tendência do desenvolvimento econômico e social é ser assimétrica no plano espacial e, neste sentido, uma vez que o desenvolvimento das atividades econômicas é desenvolvido em alguns lugares específicos este tende a gerar um campo de forças, manifesto por interações econômicas e sociais hierarquizáveis, sobre as demais áreas e suas dinâmicas regionais. Segundo Perroux (1966), pioneiro na formulação da teoria dos polos de crescimento, a dinâmica econômica tende a formar polos de desenvolvimento com forças de atração e de fluência sobre os demais espaços, levando à

formação das hierarquias urbanas e especializações produtivas que se estabelecem no espaço econômico.

Para completar esta discussão é fundamental incorporar as contribuições de Hirschman (1961) e Myrdal (1972), que procuram questionar as possibilidades de desenvolvimento regional a partir das suas assimetrias. Dentre as contribuições destes autores podemos citar as discussões sobre os investimentos públicos e sobre os campos de forças que forçam um certo círculo vicioso da pobreza. Neste caso, suas teorias questionam as diversas estratégias para levar o desenvolvimento de áreas desenvolvidas para áreas menos prósperas. Fatores basilares na discussão do impacto ou da real função da expansão e interiorização das IFES e, conseqüentemente, da identificação e papel dos fatores críticos que promovem ou impedem o desenvolvimento. Este é, portanto, o grande ponto de partida dos estudos regionais: analisar os casos de prosperidade, decadência, estagnação ou atraso de desenvolvimento econômico de uma área em relação a outras. Estas referências nos ajudam a pensar o papel e o impacto dos investimentos em novos campi de Instituições de Ensino Superior e suas recentes expansões, haja vista que foram direcionados para municípios pequenos e médios do interior do país e, em alguns casos, distantes dos grandes centros urbanos ou dos principais polos de desenvolvimento.

Portanto, para realizar o objetivo desta pesquisa, foi feita uma breve contextualização do processo recente de expansão e interiorização das IFES, seguido de um procedimento metodológico que nos permitiu recortar uma amostra para efeitos de estudo de caso. Em termos históricos, o texto de Guimarães e Oliveira (2021) recupera não só o processo de expansão do ensino superior e a expansão das IFES, como destaca sua interface com a concentração espacial e demográfica no território brasileiro. Segundo estes autores é fundamental ter presente o legado colonial e escravista deste país cuja ocupação territorial é marcada por uma rede urbana predominantemente adensada na região litorânea e, conforme descrito por Cano (1985), caracteriza-se desde a segunda metade do século XX por uma forte concentração industrial e econômica no Estado de São Paulo e centro-sul do país.

Justificativa

A criação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em áreas do interior é uma estratégia educacional e de desenvolvimento regional, destinada a impulsionar o progresso local ao fomentar investimentos, criar um fluxo de transferência de renda, difundir conhecimento e capacitar indivíduos para as atividades produtivas e administrativas daquela localidade e

entorno. Tal medida desempenha um papel fundamental em regiões menos favorecidas, fora da área de influência dos grandes centros urbanos e econômicos, onde o acesso ao ensino superior pode catalisar um ciclo positivo de avanço econômico e social.

A criação de IFES em determinadas regiões pode trazer benefícios como: desenvolvimento econômico local, capital humano, tecnologia e inovação e desenvolvimento social para o município. A presença de um IFES em um município, pode ser um fator primordial para o desenvolvimento regional, criando um cenário de atração de investimentos e geração de empregos, tanto de forma direta quanto indireta. Além disso, a oferta de educação superior de qualidade contribui para a formação de mão de obra qualificada, seja para o emprego na região, seja para ampliar os conhecimentos e oportunidades de aplicação no desenvolvimento local e regional. As IFES são reconhecidas por abrigarem centros de pesquisas e desenvolvimento e inovação, sendo capazes de evoluir em tecnologia e métodos produtivos, fazendo com que a região passe a ser cada vez mais atrativa para a economia. Por fim, a instalação de IFES podem ser essenciais em indicadores sociais do município e região, reduzindo desigualdades e promovendo maiores oportunidades.

Este estudo tem como propósito examinar os efeitos econômicos decorrentes da implementação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em áreas do interior, empregando uma perspectiva econômica que abarca tanto o contexto regional quanto o urbano. Para tanto, são analisadas as transformações na dinâmica econômica local, as repercussões no mercado de trabalho e os impactos multiplicadores sobre o crescimento de empreendimentos locais e a qualidade de vida da comunidade.

A pesquisa aqui apresentada se propõe a fornecer contribuições significativas para compreender como as políticas de descentralização do ensino superior podem desempenhar um papel eficaz na promoção do desenvolvimento econômico sustentável em regiões menos privilegiadas. Os *insights* obtidos visam servir de referência para formuladores de políticas públicas e acadêmicos interessados na interseção entre educação e desenvolvimento regional, oferecendo uma base científica para futuras análises e tomadas de decisão.

Metodologia

A pesquisa foi precedida de uma escolha metodológica e seletiva dos municípios transformados em estudos de caso, tendo por referência dois condicionantes principais: 1) o tamanho do investimento da IFES em termos de matrículas e 2) da posição da localidade escolhida na rede urbana regional e brasileira. Nosso interesse particular está voltado aos

municípios de tamanho pequeno (até 200 mil habitantes) e localizados no interior, e não nas áreas de aglomeração urbana das capitais e grandes municípios.

O presente trabalho tem como ponto de partida o último grande processo de expansão e interiorização do sistema de IFES e o objetivo principal é analisar as transformações econômicas e sociais nas regiões que receberam instalação e ou expansão de universidades federais. Considerando a diversidade de casos e a própria assimetria das distintas realidades no processo de expansão interiorização das IFES, este estudo realizou uma seleção de casos, tendo por base os seguintes critérios: 1) municípios situados no interior do país, localizados em sistemas produtivos não diretamente ligados à área de contiguidade geográfica da capital do próprio estado, nem a outro município de maior porte; 2) municípios com população inferior a 200 mil habitantes no Recenseamento de 2022 e preferencialmente não localizados no centro-sul do país; 3) municípios com no mínimo 2.500 discentes matriculados na IFES local no ano de 2022; 4) municípios com oferta de no mínimo 10 cursos de graduação em 2022; e 5) municípios preferencialmente com sede da reitoria da IFES.

O estudo trabalha com um recorte temporal que abarca o último período de expansão das IFES e envolve indicadores econômicos e sociais até os anos mais recentes, concentrando as análises no período 2000-2023. Procura-se destacar anos específicos que foram importantes para entender este processo recente de expansão das IFES em relação às transformações específicas na economia e na sociedade brasileiras, principalmente aqueles eventos de maior impacto na economia e no setor de ensino. A proposta de trabalho tem como finalidade avaliar as transformações na economia regional dos municípios selecionados que receberam instalação e expansão das atividades das IFES, através da análise de indicadores econômicos e sociais, quantitativos, no recorte histórico já definido. Com isso, procura-se utilizar da pesquisa exploratória para analisar e entender os desafios para o setor de IFES no seu processo de expansão e interiorização e, sobretudo, as transformações na dinâmica econômica e social associada à presença da IFES no espaço municipal e regional. O método utilizado na elaboração dos resultados é o histórico-dedutivo, uma vez que são analisados fatos históricos e indicadores de mudanças sociais e econômicas em municípios e regiões que apresentam instalação e expansão de IFES. Assim, a pesquisa foi elaborada traçando um comparativo histórico entre o momento anterior à política de expansão das IFES e depois que elas passaram a existir. Então, a pesquisa vai utilizar o método histórico estrutural com informações estatísticas para elaborar um comparativo de evolução socioeconômica das estruturas municipais e regionais.

A pesquisa se presta a estudar pequenos e médios municípios localizados em regiões que não fazem parte nem da região metropolitana da capital dos estados e nem dos grandes polos consolidados do centro-sul do país. Ademais, foram selecionadas aquelas regiões que receberam novos campi de universidades, priorizando aqueles casos em que ocorreu a instalação de um número representativo de cursos e de novas matrículas, ou seja, universidades que apresentam a maior quantidade de cursos possível e com distribuição nas três áreas básicas de conhecimento: humanas, exatas e biológicas. Para isso, foram utilizadas fontes secundárias de dados econômicos e sociais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério do Trabalho e Emprego-Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Infraestrutura-SENATRAN (Secretaria Nacional de Trânsito).

Por fim, dentro dos critérios adotados para escolha de municípios, tendo por referência os anos de 2021 e 2022 (Censo do INEP) foram encontrados 281 municípios² com oferta de cursos de graduação presencial e, portanto, discentes efetivamente matriculados, em um total de 68 diferentes IFES. A grande maioria destes municípios, em torno de 73% dos casos (206 municípios)³ registraram uma quantidade de matriculados inferior a 2.500 discentes nos anos de 2021 e em 2022. Ou seja, na maioria dos municípios, embora seja preciso considerar a importância da presença das IFES no contexto econômico e social do município e sua região⁴, o quantitativo de matrículas, nos curto e médio prazos, ainda é pouco representativo em termos de impacto econômico e social. Por outro lado, naqueles municípios onde o número de matrículas era de magnitude superior a 2.500 discentes, um total de 75 municípios e o Distrito Federal (Brasília), constatou-se tratar de situações em que o volume demográfico predominante era notadamente superior aos 200.000 habitantes em 2010. Ou seja, apenas 22 municípios, excluindo os casos de Seropédica, Capão do Leão e São Cristóvão que fazem parte de aglomerados urbanos maiores, atendiam ao critério definido como objeto desta investigação. Assim, procurou-se aqui priorizar os municípios que são sedes de suas IFES e encontram-se localizados fora do principal eixo de desenvolvimento nacional: o centro-sul do país. A partir dos critérios adotados foram selecionados cinco casos que serão objeto de pesquisa para este

² Além destes 281 municípios também são encontradas matrículas em IFES sediada no DF – Brasília.

³ Destes 206 municípios, 04 (Várzea Grande, Aparecida de Goiânia, Camaçari e Osasco) municípios precisam ser suprimidos haja vista que fazem parte de aglomerações urbanas que contam com outros campi e número expressivo de matrículas. O que resultaria um total de 202 municípios com até 2.500 matrículas regulares em cursos de graduação presenciais, no grau de bacharelado e licenciatura.

⁴ Ver mais na tese de doutorado que analisou o caso do município de Pau dos Ferros – RN.

trabalho, sendo eles: Parnaíba (PI); Redenção/Acarapé (CE)⁵; Cruz das Almas (BA); Jataí (GO) e Catalão (GO).

Tabela 1 – Municípios selecionados pela população total e matrículas nas IFES: de 2010 e 2002

Municípios	2010		2022	
	População	Matriculados	População	Matriculados
Parnaíba (PI)	145.705	3.269	162.159	3.130
Redenção/ Acarapé (CE)	41.753	-	41.241	3.458
Cruz das Almas (BA)	58.606	2.337	60.346	3.047
Jataí (GO)	88.006	2.318	105.729	3.039
Catalão (GO)	86.647	2.317	114.427	2.700

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (microdados, 2010 e 2022); Censo Demográfico, IBGE, 2010 e 2023. Elaboração própria.

Assim, os capítulos a seguir buscam apresentar dados educacionais e econômicos dos municípios. Dados educacionais como a criação/expansão das IFES nos municípios selecionados com números de discentes ao longo dos anos de análise e alguns cursos ofertados nas diversas áreas. E os dados econômicos como PIB dos municípios, população total, quantidade de veículos e dados dos registros administrativos do BACEN relativos aos indicadores financeiros.

⁵ Neste caso os campi da IFES estão localizados em dois municípios que formam uma urbanização conurbada.

CAPÍTULO I

A expansão e interiorização das IFES no território nacional: casos selecionados

Este capítulo visa apresentar e analisar a expansão do ensino superior público federal presencial decorrente do último grande plano de expansão 2003-2012 (REUNI). Conforme pode ser visto na Tabela 2, ocorreu um importante incremento no número de matrículas das IFES. Em 2002, em todo o território nacional, foram contabilizados no Censo da Educação do INEP um total de 500.459 matrículas ativas nas universidades públicas federais, e em 2018 este número havia saltado para 1.006.244, representando um incremento de 101,06%.

Tabela 2 – Brasil, número de matrículas na graduação presencial do sistema IFES: bacharelado e licenciaturas

Ano	Número de matrículas	Incremento %
2002	500.459	100
2004	533.892	106,68
2010	747.044	149,27
2014	927.920	185,41
2018	1.006.244	201,06
2023*	1.016.978	203,21

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (sinopse 1991-2010 e microdados 2010 e 2022).

*Obs: os dados de 2023 incluem o grau de ensino tecnológico. Elaboração própria.

Como pode ser notado nos dados apresentados, a expansão do sistema IFES perde força a partir de 2014 e demonstra aparente estabilidade a partir de 2018. Mesmo incorporando os números de matrículas presenciais do ensino tecnológico, que ainda não são expressivas nas IFES, os dados de 2023 são muito próximos dos apresentados em 2018. Na verdade, conforme veremos mais adiante nos dados específicos dos municípios selecionados, é possível notar que o sistema IFES avançou até o ano de 2016 e, a partir da crise econômica e política que marcaram esse período, este perdeu força e inclusive decresceu em número de matrículas. A grande expansão das matrículas do sistema IFES ocorridas no período 2004-2018 ajudaram na recuperação da participação do ensino público no total das matrículas do ensino superior presencial nacional.

Como pode ser visto na Tabela 3, no ano de 2018 o sistema público de ensino reposicionou uma pequena parcela de sua participação no número de matrículas, voltando em 2018 para a faixa de 30%. Neste novo contexto, fica claro o grande esforço do investimento realizado pelo governo federal, que no final do século XX respondia por aproximadamente 50%

das matrículas no ensino de graduação presencial público, passando em 2018 a representar aproximadamente 2/3 deste montante.

Tabela 3 – Matrículas nos cursos de graduação: bacharelado e licenciatura

Categorias/ Ano	Total	Pública			Privada	IFES	IFET/ CEFET
		Federal	Estadual	Municipal			
Valor absoluto/2023*	5.063.501	1.241.336	552.144	74.672	3.195.349	1.016.978	218.119
Valor relativo/2023*	100%	24,52%	10,90%	1,47%	63,11%	20,08%	4,31%
Valor absoluto/2018	5.830.373	1.137.112	493.363	87.482	4.112.416	1.006.244	183.663
Valor relativo/2018	100%	19,50%	8,46%	1,50%	70,53%	17,26%	3,15%

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (microdados 2018 e 2023). Elaboração própria.

Sob outro prisma, a Tabela 3 também revela que embora o volume de matrículas das IFES tenha arrefecido já antes da crise da pandemia da COVID-19, a participação do sistema de IFES e do próprio sistema público ganhou participação no total devido à expressiva redução absoluta das matrículas presenciais (perda de quase 1 milhão de matrículas) no ensino de graduação privado. Mas, conforme se sabe, o sistema privado aproveitou os investimentos em ensino virtual realizados durante a pandemia e expandiu a modalidade de EAD em detrimento das matrículas no ensino de graduação presencial.

Tendo em vista estas condições gerais de expansão e interiorização do ensino superior de graduação presencial do sistema IFES, na próxima seção serão apresentadas as trajetórias experimentadas pelos cinco municípios do interior escolhidos.

A história e trajetória de expansão das IFES em municípios selecionados

Cada um dos cinco municípios escolhidos apresenta as suas especificidades históricas e estruturais, mas também compartilham de uma mesma experiência: o projeto do governo federal que viabilizou a expansão do sistema IFES no interior e em localidades de pequena dimensão demográfica (menos de 150 mil habitantes em 2010).

A experiência de ensino superior mais antiga dentre os municípios selecionados é o caso de Parnaíba, no Piauí. A atual IFES – Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) – foi criada a partir da Faculdade de Administração do Piauí, incorporada em 1971 pela

Universidade Federal do Piauí (UFPI). Entretanto, foi somente a partir de 1978 que o projeto começou a ganhar força, haja vista a criação de novos cursos e, finalmente, em 2007, com a adesão da UFPI ao projeto de expansão e reestruturação das IFES do governo federal, o REUNI, é que a recente expansão foi consolidada. Com o projeto de expansão encampado e desenvolvido pela UFPI, o governo federal autorizou, em 2018, que fosse criada uma nova universidade, a UFDPAR. Tratava-se, portanto, de uma transformação de um projeto já em curso e que a partir de 2018 ganhava nova identidade e autonomia.

O segundo caso é o do município de Jataí, situado no sudoeste de Goiás. Aqui também o processo foi iniciado a partir de uma expansão fora de sede da Universidade Federal de Goiás (UFG), que criou neste município um novo campus a partir de 1980. Como veremos nos dados que serão apresentados a seguir, entre este período e os primeiros anos do século XXI, esta iniciativa, embora tenha produzido reconhecidos resultados e formado vários profissionais, ainda não havia ganhado sustentabilidade para crescer. Foi no bojo da primeira fase da política de expansão do governo federal que a UFG consolidou uma estrutura administrativa própria em Jataí. Nascia assim, em 2005, uma esperança de enfim consolidar aquele velho sonho de transformar Jataí em um polo educacional de ensino superior. Também em virtude da adesão da UFG ao REUNI, ocorrido neste período 2006-2007, foram criadas as bases para a criação de novos cursos e a expansão das matrículas no sistema universitário federal de Jataí. Com o avanço do projeto, a partir de 2018 o governo federal atendeu os anseios da comunidade local e autorizou a transformação daquela experiência anterior em uma nova IFES, a Universidade Federal de Jataí (UFJ).

A experiência do também município de Goiás, Catalão, localizado no sudeste do referido estado, é muito parecida com a do município de Jataí. A Universidade Federal de Catalão (UFCat) foi criada como campus fora de sede da UFG em 1983 e funcionou com 07 cursos até 2006. Através do programa de expansão do governo federal de 2006 foi possível criar mais 12 cursos em diversas áreas de conhecimento e dar a ela maior autonomia administrativa. Enfim, em 2018 o governo federal atendeu aos anseios da comunidade local e autorizou a transformação daquela experiência anterior em uma nova IFES, quando foi criada a Universidade Federal de Catalão (UFCat).

O caso da luta pela oferta de ensino superior no município de Cruz das Almas, na Bahia remonta à década de 1940, quando foi criada nesta localidade, pelo governo da Bahia, pela pioneira Escola de Agronomia de Cruz das Almas. Era o ano de 1943 e ainda não havia sido criada a Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujo decreto viria apenas três anos depois, em

1946. Com o fortalecimento da UFBA e o abandono da antiga escola de agronomia, em 1968 o Governo Federal decidiu federalizar esta última e integrá-la à UFBA. Mas este projeto só ganhou novas dimensões no âmbito da expansão recente do sistema IFES, quando em 2005 foi criada a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), ocupando as antigas instalações da antiga Escola de Agronomia de Cruz das Almas. Além da sede neste município, a UFRB ainda conta com outros campi também desmembrados da UFBA, nos seguintes municípios baianos: Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana.

Por fim, temos o caso singular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que diferentemente dos demais casos foi criada autonomamente em 2010, no município de Redenção e no município vizinho e conurbado de Acarape, além do município de São Francisco do Conde, ambos no Ceará.

Tabela 4 – Caracterização das IFES por municípios selecionados e matrículas 2001-2005

Código do município	Nome do Municípios	IFES	Ano início	Qtd Mat 2001	Qtd Mat 2003	Qtd Mat 2005
2207702	Parnaíba – PI	UFPI/UFDPar	1971	984	1.398	1.328
5211909	Jataí – GO	UFG/UFJ	1980	1.199	1.424	1.378
5205109	Catalão – GO	UFG/UFCat	1986	1.086	1.123	1.154
2908802	Cruz das Almas – BA	UFBA/UFRB	2006	584	567	622
2311603	Redenção/Acarapé – CE	UNILAB	2010	0	0	0

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (sinopse 1991-2010). Elaboração própria.

Como pode ser visto na Tabela 4, excetuando o caso da UNILAB com sede no município de Redenção, as demais experiências já possuíam um legado de funcionamento bem antes do início do projeto de expansão das IFES (2003-20014). Entretanto, observando os valores de matrículas em cada município, é possível afirmar que o período de 2003-2005 ainda revela a incipiência destes projetos. Ou seja, é a partir do programa recente de expansão do Governo Federal, consolidado no REUNI, que a história do ensino superior de graduação ganha novos contornos nestes municípios e, assim, passam a integrar de forma mais articulada e orgânica a nova etapa de desenvolvimento local e regional. Além da expansão das matrículas que serão reveladas a seguir, também cabe ressaltar a autonomia das novas IFES com sedes próprias nestes municípios e a criação de uma nova gama de cursos de graduação, pós-graduação e dos investimentos em recursos humanos, infraestruturas e pesquisas.

Tabela 5 – Evolução das matrículas presenciais nos municípios selecionados: graduação e licenciatura

Municípios	Código INEP da IFES 2022	Discentes Grad 2006 INEP*	Discentes Grad 2007 INEP*	Discentes Grad 2008 INEP*	Discentes Grad 2009 INEP	Discentes Grad 2010 INEP
Cruz das Almas - UFRB	4503	733	758	931	1.482	2.099
Catalão - UFCat	25274	1.153	1.387	1.779	1.948	2.317
Jataí - UFJ	25282	1.358	1.687	1.845	2.013	2.318
Parnaíba - UFDPAr	25277	1.218	1.669	2.126	3.374	3.269
Redenção - UNILAB	15497	0	0	0	0	0

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (sinopse 2006, 2007 e microdados 2008 e 2009). Elaboração própria.

Como pode ser observado na Tabela 5, a partir de 2006 o sistema IFES nos municípios selecionados ganhou maior relevância, exceto para o caso de Redenção, cuja instituição foi criada mais tardiamente, a partir de 2010. Em todos os municípios analisados o número de matrículas dobrou de proporção, ou seja, experimentou um crescimento relativo de 100% ou um pouco superior, efetivado pela criação de novas estruturas, contratação de mais servidores, ampliação de recursos para assistência estudantil, investimentos em pesquisa e criação de novos cursos em áreas de conhecimento complementares. Portanto, a partir de 2010 já era possível dimensionar a importância que cada uma destas IFES assumia na dinâmica econômica e social dos municípios e suas funções regionais. Lembrando, como informado no início deste texto, aproximadamente 73% dos municípios que possuem pelo menos uma matrícula ativa em curso de graduação presencial de IFES nunca atingiu a marca de 2.500 discentes. Portanto, os cinco casos em análise já haviam atingido o patamar de 2.500 matrículas no ano de 2016, quando começaram os cortes de recursos destinados para a educação.

Tabela 6 – Evolução das matrículas presenciais nos municípios selecionados: graduação e licenciatura

Municípios	Cód INEP IFES 2022	Dicentes Grad 2014	Dicentes Grad 2016	Dicentes Grad 2018	Dicentes Grad 2021	Dicentes Grad 2023
Cruz das Almas - UFRB	4503	3.559	3.791	3.260	3.324	2.730
Catalão - UFCat	2527 4	2.835	2.760	2.922	3.082	2.733
Jataí - UFJ	2528 2	2.669	2.905	3.338	3.029	3.064
Parnaíba - UFDPAr	2527 7	3.638	4.240	3.362	4.111	3.630
Redenção - UNILAB	1549 7	2.008	3.362	3.784	3.650	3.545

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (sinopse 2006, 2007 e microdados 2008 e 2009). Elaboração própria.

A Tabela 6 mostra que o projeto de expansão perdeu fôlego a partir de 2014. E ainda que as IFES tenham autonomia didática e pedagógica que lhes permita continuar ampliando os cursos de graduação e pós-graduação, bem como as matrículas em seus cursos, entre 2016 e 2018, é claro que o processo de expansão já tinha sido consolidado. Assim sendo, quando veio a crise pandêmica em 2020, o sistema já havia dado mostras de dificuldades de expansão. O município de Cruz das Almas foi o caso de maior variação negativa no período recente, atingiu o pico de crescimento entre 2014 e 2016, com significativa redução no número de matrículas entre 2016 e 2023 (28%).

O município de Catalão alcançou sua expansão máxima em 2021, e a partir daí teve redução nas suas matrículas para os patamares de 2016. O município de Jataí chegou ao pico de crescimento em 2018, e a partir deste ponto reduziu para o patamar de 3.000 matrículas. O município de Redenção também atingiu o seu auge de matrículas em 2018 e depois experimentou um pequeno decréscimo (6,3%). O caso de Parnaíba foge um pouco ao padrão dos demais. Neste município o auge de crescimento das matrículas ocorreu já em 2014, a partir de quando sofreu uma redução de 15,9% nas matrículas até 2021, final da pandemia. Entretanto, nos dois últimos anos o sistema IFES deste município mostrou capacidade de recuperação e retomou em 2023 o volume de matrículas de 2014. Enfim, os dados do INEP mostram claramente o período de maior crescimento das matrículas nas IFES destes municípios (2006-2016), revelando uma similaridade de padrão de tamanho do serviço de educação federal.

Além disso, cabe destacar que apesar destas características comuns no padrão de crescimento destas IFES nos municípios selecionados, cada um destes casos encerra importantes diferenças, seja em termos de tamanho demográfico, seja em termos de tipos de cursos ofertados e função e peso econômico regional que cada um destes municípios cumpre na sua rede regional. Ou seja, além das diferentes experiências de modelo educacional de cada uma destas IFES, outro fator muito relevante para avaliar o impacto de cada IFES no sistema urbano regional recai sobre as particularidades da inserção socioeconômica regional de cada um destes municípios nas suas redes urbanas regionais.

Em termos de cursos ofertados, procurou-se selecionar casos de IFES em cuja expansão estiverem contemplados uma maior diversidade de cursos de graduação nas mais variadas áreas do conhecimento. Ou seja, além do tamanho absoluto mínimo de matrículas que pudesse expressar uma densidade de formação profissional e áreas de pesquisa e extensão de impacto na comunidade local e regional, também procurou-se contemplar a diversidade de cursos. Por exemplo, em Redenção são ofertados os seguintes cursos de graduação em 2023, além de outros 9 cursos de licenciaturas: administração pública, agronomia, antropologia, enfermagem, engenharia de alimentos, engenharia de computação, engenharia de energias, farmácia, humanidades e serviço social. Em Catalão, além de 13 cursos de licenciaturas, são ofertados os seguintes cursos de graduação: administração, ciência da computação, ciências biológicas, ciências sociais, enfermagem, engenharia civil, engenharia de Minas, engenharia de produção, engenharia mecatrônica, engenharia mecânica, física, geografia, história, matemática industrial, medicina, psicologia e química.

Foi pensando na diversidade regional que nossa metodologia de pesquisa priorizou a seleção de municípios situados fora da rede urbana principal do país, o chamado centro-sul. Assim, este estudo selecionou dois estudos de caso da região Centro-Oeste, considerada uma fronteira de desenvolvimento no recente cenário nacional, e outros três casos de distintas áreas da região Nordeste, considerada um caso de desafio ao desenvolvimento regional desde os trabalhos pioneiros de Furtado para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Este é o desafio a ser analisado no próximo capítulo, dedicado a analisar o desempenho econômico dos municípios escolhidos, neste período de crescimento e consolidação das IFES em seus domínios municipais.

CAPÍTULO II

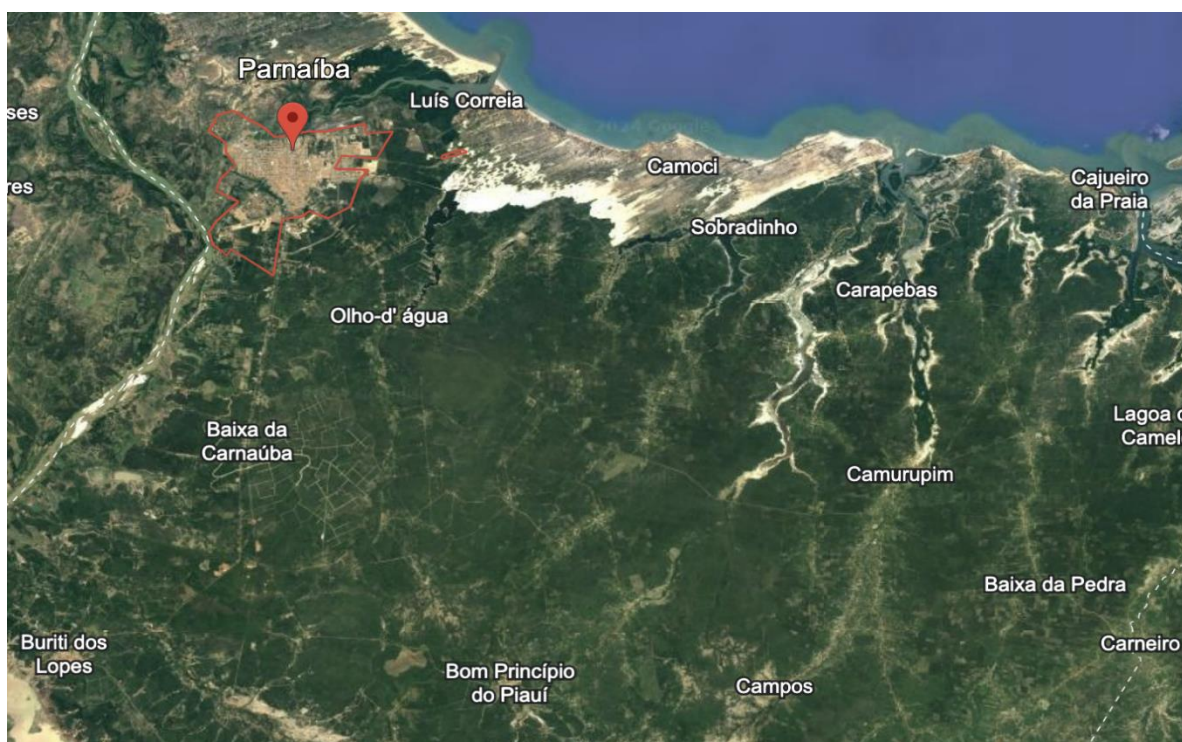
O impacto das IFES: características e desenvolvimento econômico dos municípios selecionados

No presente capítulo abordaremos análises geoeconômicas dos municípios selecionados para complemento de estudo. Visando ter duas visões sobre o município, do ponto de vista econômico e do ponto de vista educacional, para analisarmos os impactos que as instalações das IFES tiveram para os municípios escolhidos.

Parnaíba

O primeiro município analisado é Parnaíba, localizado no estado do Piauí, é o segundo município mais populoso do estado, com localização distante da capital piauiense, como mostra o Mapa 1 abaixo.

Mapa 1 – Município de Parnaíba



Fonte: Google Earth.

Em 2021, o PIB (Produto Interno Bruto) per capita do município foi de aproximadamente 19 mil reais, tendo um percentual de receitas externas de 78,88%. O município tem como principal atividade econômica a extração de cera de carnaúba, óleo de

babaçu, gordura do coco, folha de jaborandi, castanha de caju, leite, algodão e couro. A cidade também conta com a instalação de uma Zona De Processamento de Exportação (ZPE), cujo objetivo é direcionar o produto interno para o mercado externo. Essas ZPEs são áreas de livre comércio voltadas para a produção de bens destinados à exportação e para a prestação de serviços relacionados à atividade exportadora. Além de promover a cultura exportadora e reforçar a balança comercial, as ZPEs desempenham um papel importante no desenvolvimento local e na redução das desigualdades regionais.

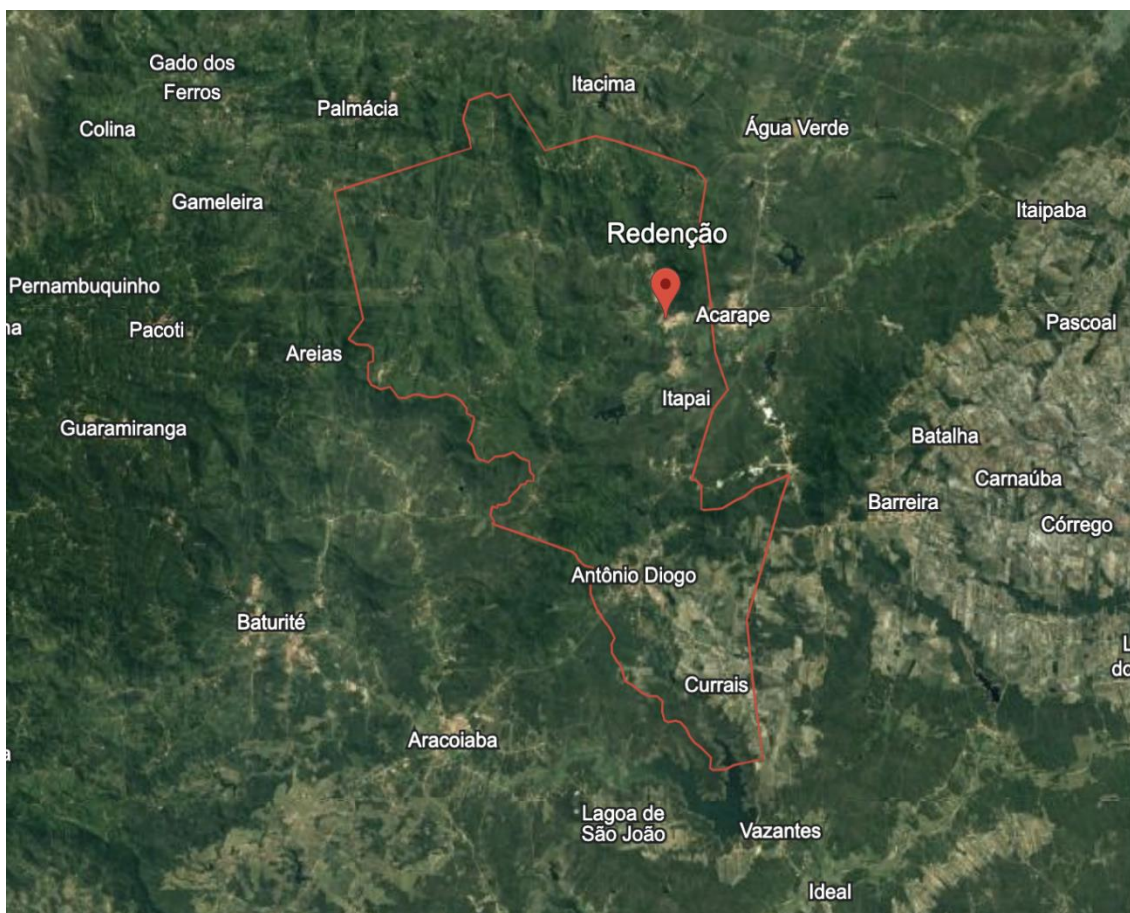
Além disso, o município faz parte da Região Metropolitana de Parnaíba, criada em 27 de abril de 2022, formada pelos municípios litorâneos, Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia (mostrados abaixo no mapa) e Ilha Grande, que juntos têm mais que 219 mil habitantes. A Grande Parnaíba surgiu como resultado da interação entre os municípios do litoral do Piauí, acompanhada pelo rápido crescimento da região nos últimos anos. Nesse contexto, observa-se um processo de conurbação entre as cidades de Parnaíba e Luís Correia. Prevê-se que, no futuro, ambas formarão um único ambiente urbano, com o Rio Portinho como única divisão entre elas.

Redenção

O município de Redenção, localizado no estado do Ceará, 55km de distância da capital Fortaleza, possui um PIB per capita de aproximadamente 14 mil reais. É considerado um município de grande importância para a região, por apresentar novas oportunidades de negócios e pela alta regularidade de vendas no ano. O comércio, com os serviços de alojamento e alimentação, representa 18% dos trabalhadores, concentrando-se em supermercados, lojas de variedades e clínicas médicas, que empregam 239 pessoas. Redenção conta com 26 das 74 modalidades comerciais possíveis, o que indica uma diversidade média, tanto no comércio quanto nos serviços, com potencial para novos negócios. Além disso, o município tem como base de sua economia, a agricultura, tendo como destaque a banana, cana-de-açúcar, milho e feijão; e a pecuária com os bovinos, suínos e avícolas.

Redenção faz parte do Polo Serra de Guaramiranga, também conhecido como Serra de Baturité, fica localizada na região centro-norte do Ceará. Distribuída pelo território de 12 municípios, sendo eles: Canindé, Caridade, Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti, Itapiúna, Capistrano, Baturité, Redenção e Aracape, abrigando a primeira e maior área de proteção ambiental do estado. O município possui também 5 distritos, sendo eles: Redenção (sede), Antônio Diogo, Guassi, Faisa e Barra Nova, demonstrados no Mapa 2 abaixo:

Mapa 2 – Município de Redenção



Fonte: Google Earth

Cruz das Almas

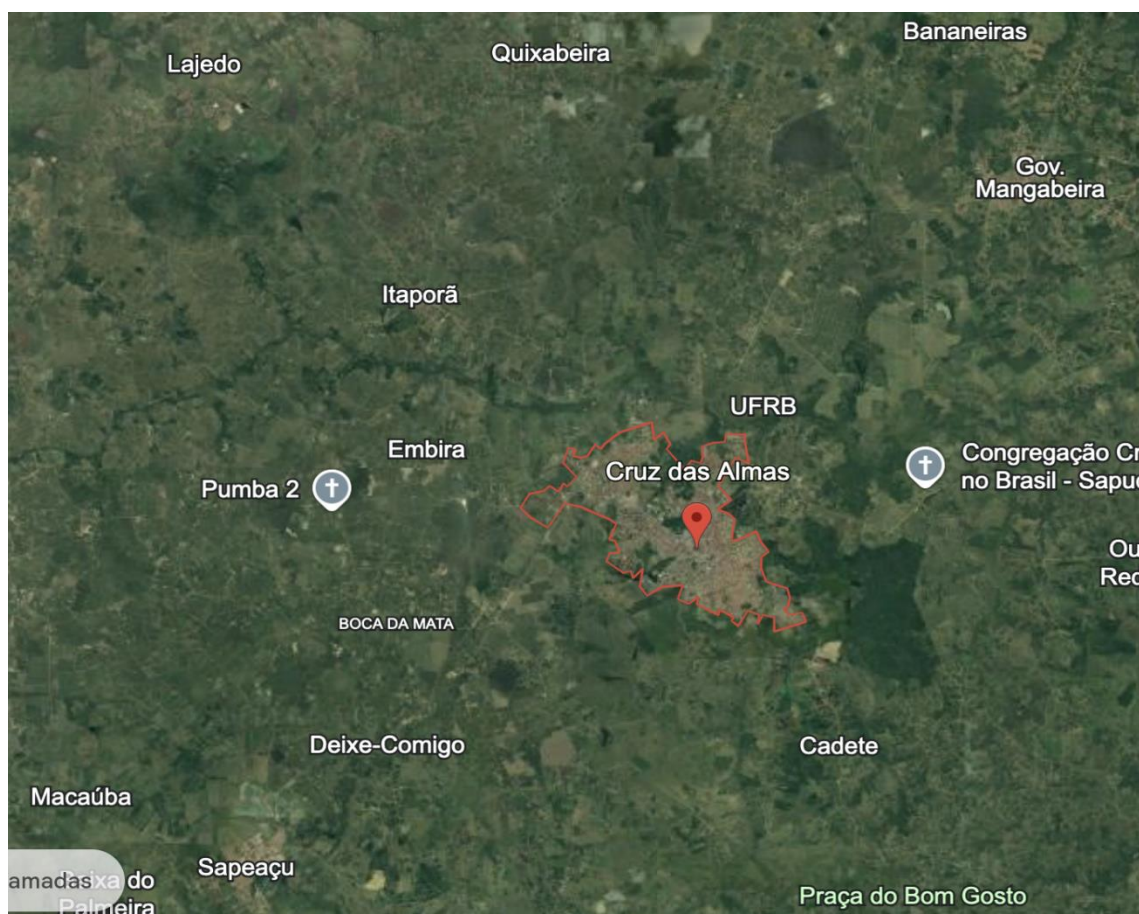
Localizado no sul do estado da Bahia, o município de Cruz das Almas, que fica a 146 quilômetros da capital Salvador, a cidade faz parte do Arranjo Urbano-Regional (AUR) de Salvador, metrópole onde está centralizada e à qual é subordinada na hierarquia urbana brasileira como centro sub-regional. No AUR baiano, também se destacam Feira de Santana como centro regional, além de Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e Valença, que estão na mesma categoria de Cruz das Almas.

A economia da cidade é fortemente voltada para a agricultura, com destaque para as plantações de fumo, laranja, limão *tahiti* e mandioca. O município abriga diversas indústrias e distribuidoras nacionais que exportam produtos para vários países. Conhecida como a "Capital do Fumo", a cidade é a maior produtora de tabaco da Bahia e uma das maiores exportadoras da América Latina, distribuindo mais de 1.000 toneladas de fumo anualmente para o exterior. No

setor secundário, destaca-se pelo polo industrial, calçadista e têxtil, com filiais de empresas do ramo. Já no setor terciário, conta com redes de serviços, grandes cadeias de lojas e cinco agências bancárias. O comércio, juntamente com os serviços de alojamento e alimentação, representa 35% dos trabalhadores, concentrando-se em supermercados, lojas de variedades, roupas e calçados, empregando cerca de 1,4 mil pessoas. Cruz das Almas conta com 56 das 74 modalidades comerciais possíveis, o que indica uma alta diversidade tanto no comércio quanto nos serviços, intensificando a concorrência na cidade.

O município de Cruz das Almas é cortado por quatro principais rodovias, sendo elas: BR 101, que as cidades passam a exercer um papel de entrepostos comerciais e núcleos de serviços diversificados no Recôncavo, além das rodovias estaduais: BR 500, BR 496 e BR 494. Sua localização pode ser observada no Mapa 3 a seguir:

Mapa 3 – Município de Cruz das Almas

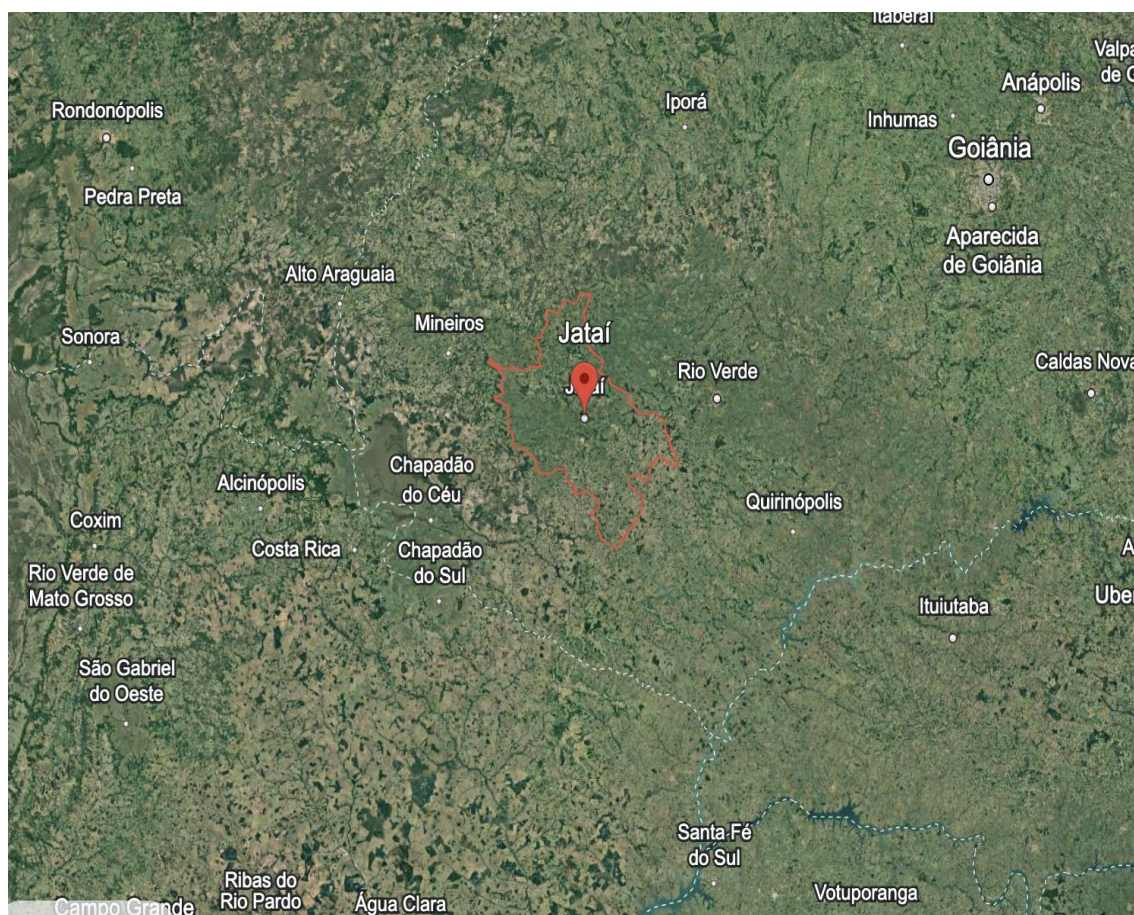


Fonte: Google Earth

Jataí

O município de Jataí, localizado no sudoeste de Goiás, a 320 quilômetros de Goiânia, a capital do estado, sua localização pode ser vista no Mapa 4 abaixo.

Mapa 4 – Município de Jataí



Fonte: Google Earth

É considerado um dos centros de produção de grãos e leite. Jataí é uma das principais economias de Goiás, com o 6º maior PIB do estado, representando 27% do total, e forte atuação no setor agropecuário. O município é o segundo em Valor Adicionado da Agropecuária em Goiás e o quinto no país, destacando-se pela produção de milho e soja, sendo líder em ambos e responsável por mais de 1% da safra nacional de soja. Além disso, possui o 8º maior rebanho bovino e o 2º maior rebanho suíno do estado. Na indústria, Jataí ocupa o 11º lugar entre os municípios industriais de Goiás, com destaque para a produção de alimentos, bebidas, etanol e açúcar. Entre as principais empresas estão a Raízen Energia e a Louis Dreyfus, que atua no processamento de oleaginosas. A construção civil também é significativa, refletindo o dinamismo econômico, que impacta diretamente o comércio atacadista e varejista.

O município tem uma infraestrutura sólida para negócios e é bem atendido por agências bancárias. No comércio exterior, Jataí tem um saldo superavitário, com a exportação de milho e soja representando mais de 85% do total em 2015, com destinos principais a países como China, Coreia do Sul e Japão. As importações, focadas em adubos e fertilizantes, têm a Rússia e a China como principais fornecedores, compondo mais de 80% do total importado. O município é acessado pelas rodovias federais BR-158, BR-060 e BR-364. No transporte aéreo, dispõe de um aeroporto com pista de 1.500 metros, homologada e com rádio em pleno funcionamento. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito e o IBGE, a frota de veículos cresceu de 42.185 em 2009 para 56.838 em 2012.

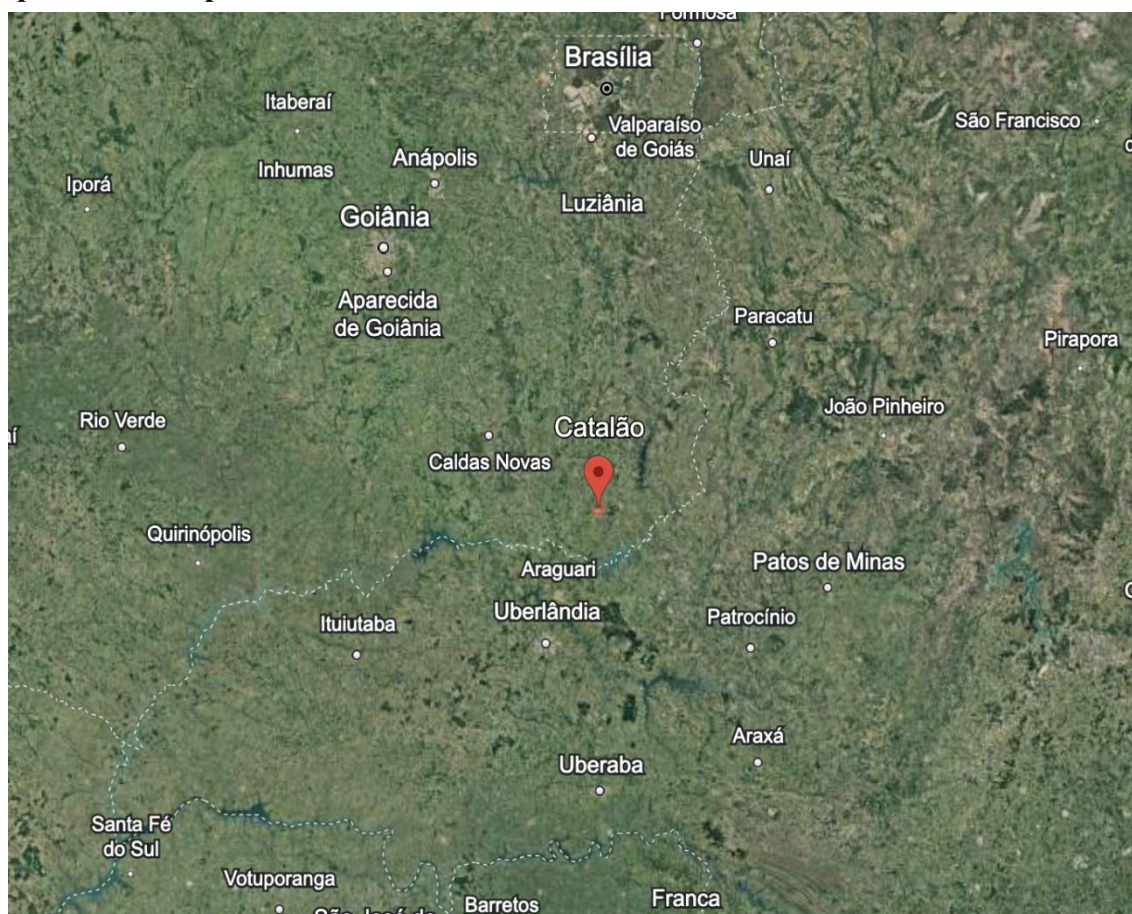
Catalão

Por fim, o município de Catalão, localizado no sudoeste do estado de Goiás, 265 quilômetros de distância da capital goiana, como mostra o Mapa 5, tendo a região de Uberlândia como influência. Catalão é um município de grande importância na região, conhecido pela consistência nas vendas ao longo do ano e pelo alto potencial de consumo. No entanto, o desempenho econômico e a escassez de novas oportunidades de negócios merecem atenção. A cidade é conhecida por sua forte industrialização e mineração, além de ser um centro de comércio para os municípios vizinhos.

Em Catalão, duas realidades distintas se destacam. A leste do Rio São Marcos, no distrito de Santo Antônio do Rio Verde, a agropecuária extensiva predomina, com o cultivo de soja, milho, trigo, arroz e algodão na agricultura, e a criação de gado bovino de corte, especialmente raças zebu, na pecuária. A silvicultura é marcada pelo plantio de *pinus elliot* e eucalipto. Já a oeste do rio, nos distritos de Catalão e Pires Belo, prevalece a pecuária de leite, com raças mistas como girolanda, criação de pequenos animais domésticos, agricultura de subsistência, cultivo de alho, e o plantio de eucalipto, principalmente em pequenas propriedades.

Catalão é conectada por diversas rodovias, como a BR-050, que ligam o município ao Triângulo Mineiro, Goiânia, Brasília, sul de Goiás e Alto Paranaíba, além de contar com um ramal ferroviário da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e um aeroporto. No setor de energia, o município possui a hidrelétrica Serra do Facão no Rio São Marcos e uma usina termoeletrica. A distribuição de energia é quase universal na área urbana e significativa na zona rural, com cinco subestações de distribuição espalhadas entre a cidade e seus distritos.

Mapa 5 – Município de Catalão



Fonte: Google Earth

Um breve retrato econômico dos municípios selecionados

Nesta seção, o objetivo é apresentar alguns indicadores importantes para mostrar as mudanças econômicas ocorridas ao longo do tempo nos municípios selecionados a partir da introdução das IFES em seus territórios e, assim, evidenciar o impacto do investimento e planejamento público de expansão e interiorização das IFES para sua economia e sua população.

Desse modo, algumas informações como a população total e o PIB do município são indicadores importantes, no sentido de dimensionar a posição desses municípios na sua região e sua evolução populacional e de produto. Sendo assim, seguem as tabelas com as informações:

Tabela 7 – População Total nos municípios nos anos de 2000, 2010 e 2022

Municípios	Pop. 2000	% em relação ao Estado 2000	Pop. 2010	% em relação ao Estado 2010	Pop. 2022	% em relação ao Estado 2022
Parnaíba – PI	132.282	4,65%	145.705	4,67%	162.159	4,96%
Redenção – CE	24.993	0,32%	26.423	0,31%	27.214	0,31%
Cruz das Almas – BA	53.049	0,39%	58.606	0,42%	60.348	0,43%
Jataí – GO	86.447	1,51%	88.006	1,47%	105.729	1,50%
Catalão - GO	79.618	1,29%	86.647	1,44%	114.427	1,62%

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Tabela 8 – PIB dos municípios nos anos de 2010 e 2021*

Municípios	PIB 2010	PIB 2021
Parnaíba – PI	968.471 mil	2,61 bi
Redenção – CE	157.346 mil	409,9 mi
Cruz das Almas - BA	447.592 mil	1,04 bi
Jataí - GO	2.201.508 mil	7,9 bi
Catalão - GO	5.181.240 mil	9,92 bi

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

*PIB de 2000 não incluído na tabela por falta de dados específicos dos municípios no censo de 2000.

Em termos de avanço populacional, houve um aumento do número total de todos os municípios selecionados do período de 2000 a 2022. A porcentagem da população em relação à população do estado que o município faz parte também revela um aumento, com exceção da evolução de 2000 a 2010 para Redenção e Jataí. Fator esse que pode estar relacionado a uma redução da razão populacional do estado para a população brasileira no geral. Já em relação ao PIB, todos os municípios registram crescimento de mais de 100% de 2010 a 2021,

Ademais, é possível analisar os setores econômicos que mais predominam no município, porque, para além de ser um indicativo econômico relevante para o município, serve como um fator importante para mostrar se aquele município tem serviços relacionados aos principais cursos oferecidos pela instituição federal de ensino instalada, pois isso pode demonstrar um espraiamento significativo do impacto instituído para o município.

Dessa forma, os principais setores dos municípios, são: 1) em Parnaíba (PI) 56% do PIB são de serviços; 27,7% da participação da administração pública; 13,6% das indústrias e 2,8% referente à agropecuária; 2) já em Redenção (CE) o cenário é um pouco diferente, 34,2% do PIB advém da administração pública; 33,1% dos serviços; 24,8% referente à agropecuária e 7,9% às indústrias; 3) em Cruz das Almas (BA), o setor principal é o de serviços, que representa 59,8%; 27,8% em administração pública e 10,6% em indústria; 4) em Jataí (GO), a economia é voltada para o setor primário, sendo fortemente na agropecuária, tendo destaque na produção de leite e grãos, além de ser o maior produtor nacional de milho, 38,3% do setor em serviços; 27,9% em agropecuária e 24,5% em indústria; e 5) em Catalão (GO), há um predomínio da mineração e industrialização, porém, em 2022, os setores que mais empregaram gente foram: comércio varejista, administração pública, defesa e seguridade social e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias. Em 2020, o setor de indústria representava 43,2% do PIB; 37,7% em serviços e 9,57% em administração pública.

Já no que se refere a importância do PIB dos municípios selecionados em relação ao total dos municípios dos estados, Parnaíba, representa o segundo maior PIB do estado do Piauí, trazendo uma importância econômica, social e cultural significativa para a região. Já o PIB de Redenção, no estado do Ceará, não apresenta importância significativa para o estado, uma vez que ocupa a 62ª colocação. A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária. Em Cruz das Almas, em 2021, o PIB do município foi o 48º do estado da Bahia, que representou um aumento de 110% em relação ao ano anterior. O município de Jataí apresenta um PIB significativo para o estado de Goiás, ocupando a 6ª posição no ranking do estado. Jataí é considerado o maior produtor de milho do Brasil, um dos maiores produtores de soja e o maior produtor de leite de Goiás, com uma das mais modernas indústrias de etanol do mundo, que produz também energia, a cidade investe em tecnologia e mão de obra especializada em suas diversas universidades federais. Por fim, juntamente com Jataí, o município de Catalão tem grande importância no estado ocupando a 5ª colocação no ranking, o município é um dos maiores geradores de riqueza e de empregos do estado.

Além dos dados trazidos, outro indicador fundamental para análise da pesquisa é a quantidade de trabalho formal nos municípios. Esse indicador é importante para criar uma base de análise econômica, social e de políticas públicas no município. Ele serve para avaliar o desenvolvimento econômico da cidade, refletindo a capacidade da economia local de gerar postos de trabalho e oportunidades. Serve também como um fator de planejamento de políticas públicas para introduzir ações que incentivem a geração de novos empregos, capacitação profissional e atração de investidores, trazendo um crescimento para o município. Assim sendo, foram levantados dados de emprego formal nos municípios nos anos de 2000, 2005, 2010, 2014, 2018 e 2022.

Tabela 9 - Dados de emprego formal nos municípios

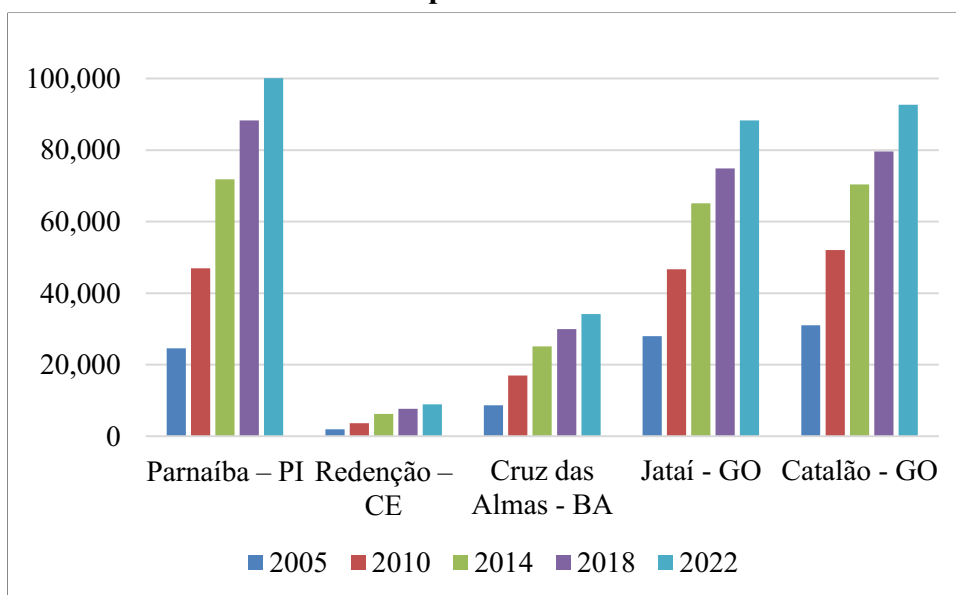
Municípios	2000	2005	2010	2014	2018	2022
Parnaíba – PI	8.680	11.787	15.239	17.844	21.583	24.591
Redenção – CE	1.534	1.404	1.870	2.256	2.626	2.816
Cruz das Almas - BA	5.517	8.767	10.576	11.952	11.175	12.525
Jataí - GO	10.514	14.194	18.198	21.045	22.124	27.531
Catalão - GO	8.410	13.921	21.004	26.590	25.104	31.800

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

É notório que os municípios tiveram uma constante crescente de empregos formais ao longo dos anos de análises, porém, alguns fatores fizeram com que de um ano para o outro houvesse decréscimo na criação de postos de trabalho formais. Por exemplo, no município de Redenção (CE), essa queda do emprego formal em 2005 pode ser devido a sazonalidade da agricultura, o município dependia fortemente do setor agrícola atingido pelas variações climáticas, além disso, em 2004 o estado do Ceará sofreu com falta de investimentos externos ou de iniciativas para fortalecer setores produtivos locais. A queda de emprego formal em Cruz das Almas (BA) em 2018 também foi causada por questões climáticas que afetaram a produção local, gerando uma queda de emprego formal para o município, porém, outros fatores como Reforma Trabalhista de 2017 e corte de gastos públicos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) também são considerados motivos dessa queda. A queda de emprego formal registrada em 2018 em Catalão (GO), foi marcada por uma crise na fábrica Mitsubishi Motors que causou um impacto no mercado de trabalho, além das flutuações de preços internacionais dos minérios, que é um forte setor para a economia do município.

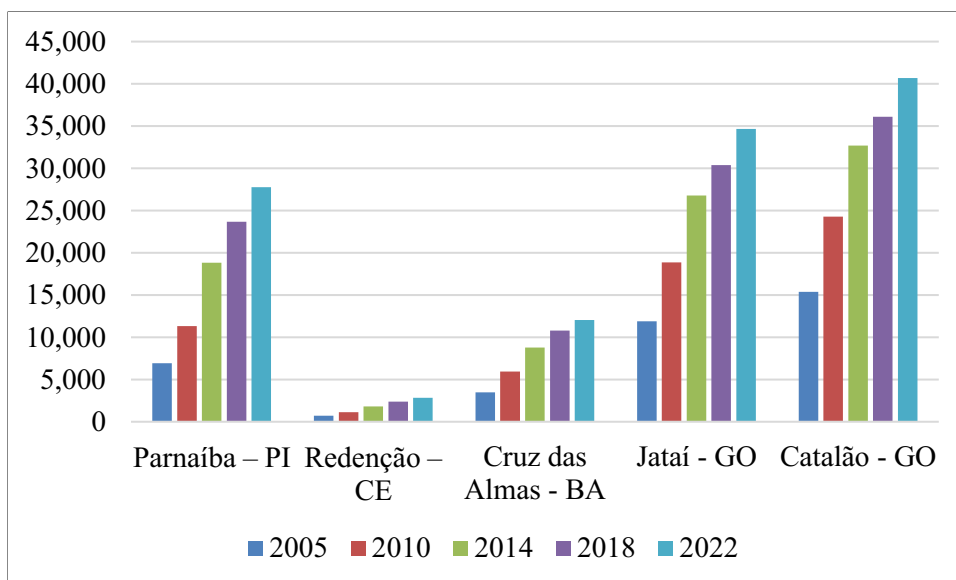
Outro indicador relevante para esta pesquisa é a quantidade total de veículos, automóveis e motocicletas dos municípios. Esses dados ajudam a identificar o perfil de renda e o fluxo financeiro do município. A quantidade da frota de veículos de um município é um indicador de crescimento econômico, uma vez que há um aumento no número que geralmente reflete um aumento na renda e poder aquisitivo da população, ainda ajuda a compreender o perfil econômico da população. Esses dados foram expostos nos gráficos 1 a 3 a seguir, e mostram uma evolução para todos os anos em todos os municípios analisados, especialmente em Parnaíba, onde haviam menos de 25 mil em 2005 de veículos totais, que passaram a ser mais de 100 mil em 2022, dado o impacto significativo do uso das motocicletas por parte da população do município.

Gráfico 1 – Veículos totais dos municípios selecionados - 2005 - 2022



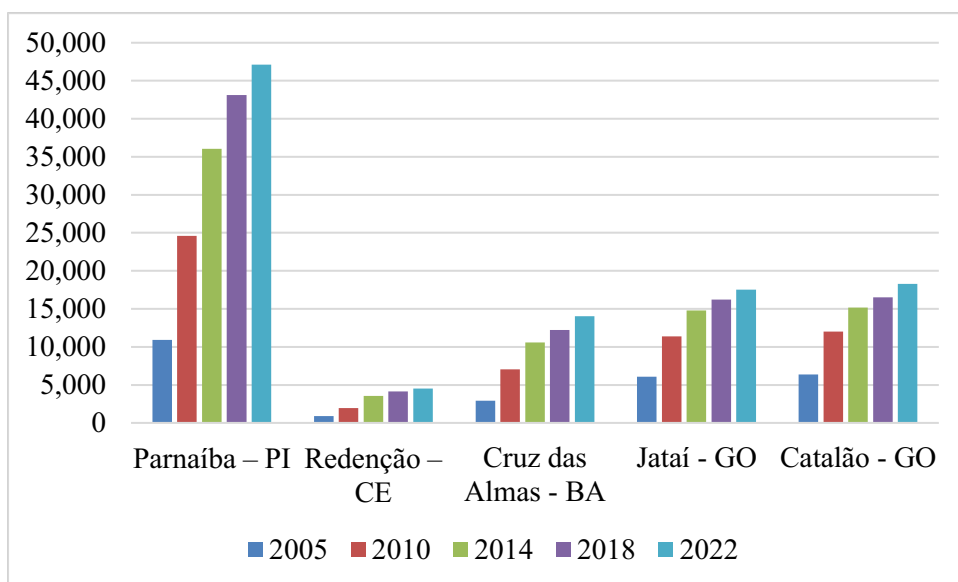
Fonte: GOV - Ministério do Transporte. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Automóveis totais dos municípios selecionados - 2005 - 2022



Fonte: GOV - Ministério do Transporte. Elaboração própria.

Gráfico 3 – Motocicletas totais dos municípios selecionados - 2005 - 2022



Fonte: GOV - Ministério do Transporte. Elaboração própria.

Além disso, foram coletados também os registros administrativos do Banco Central do Brasil (BACEN) relativos aos indicadores financeiros. Foram observados os seguintes dados: volume de depósitos a prazo, volume de depósitos à vista, volume das operações de crédito e volume da poupança dos municípios nos anos de 2000, 2005, 2010, 2014, 2018 e 2022. Esses dados indicam um aumento no volume de transações financeiras nesses municípios, o que aponta para um maior desenvolvimento de seus mercados e de suas economias ao longo do

tempo, evidenciando a atração de investimento em crescimento, refletindo os outros índices também favoráveis onde as IFES foram instaladas.

Tabela 10 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2010

Município	Depósitos a Prazo	Depósitos à Vista	Operações de Crédito	Volume de Poupança
Parnaíba – PI	42.335.099	44.449.630	260.117.000	164.070.140
Redenção – CE	6.913.971	4.767.034	17.776.978	9.687.521
Cruz das Almas - BA	41.825.195	24.613.956	104.875.127	90.560.327
Jataí - GO	97.722.599	64.332.981	580.562.746	125.824.670
Catalão - GO	71.367.766	93.986.803	378.429.755	160.659.528

Fonte: BACEN. Elaboração própria.

Tabela 11 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2014

Município	Depósitos a Prazo	Depósitos à Vista	Operações de Crédito	Volume de Poupança
Parnaíba – PI	62.030.083	57.461.260	517.951.819	292.154.170
Redenção – CE	8.241.747	6.930.085	55.396.713	30.096.75
Cruz das Almas - BA	60.188.587	29.034.322	239.229.984	187.976.148
Jataí - GO	133.972.396	86.640.372	1.461.722.016	258.598.707
Catalão - GO	153.071.204	105.299.637	964.563.939	332.816.460

Fonte: BACEN. Elaboração própria.

Tabela 12 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2018

Município	Depósitos a Prazo	Depósitos à Vista	Operações de Crédito	Volume de Poupança
Parnaíba – PI	69.292.762	67.490.318	693.100.421	412.272.711
Redenção – CE	7.925.278	5.638.903	63.183.875	45.689.561
Cruz das Almas - BA	79.852.501	34.061.395	301.093.574	264.461.445
Jataí - GO	344.180.047	49.276.715	1.872.722.389	327.724.664
Catalão - GO	219.676.373	75.376.398	1.291.236.277	435.992.861

Fonte: BACEN. Elaboração própria.

Tabela 13 – Dados de depósitos a prazo, depósitos à vista, operações de crédito e volume de poupança no ano de 2022.

Município	Depósitos a Prazo	Depósitos à Vista	Operações de Crédito	Volume de Poupança
Parnaíba – PI	160.878.071	115.104.527	1.219.497.469	594.647.081
Redenção – CE	10.471.558	17.644.044	192.726.954	83.244.179
Cruz das Almas - BA	87.399.678	44.014.669	366.868.579	358.994.098
Jataí - GO	563.893.256	132.934.538	3.999.649.798	481.814.156
Catalão - GO	486.542.906	171.145.309	2.612.194.241	611.607.400

Fonte: BACEN. Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa era de investigar as possíveis transformações econômicas ocorridas em alguns municípios selecionados a partir do impacto causado pela política de expansão e interiorização das IFES. A hipótese de que uma política como a de criação e ampliação de IFES é uma forma de geração de desenvolvimento regional se confirmou, isso porque essa iniciativa do governo foi capaz de impactar positivamente as atividades relacionadas à economia e sociedade da região, mesmo que de forma assimétrica e não homogênea. Assim, essa análise se justificou na premissa de identificar a importância do efeito de uma política educacional no desenvolvimento regional, para que os formuladores de políticas possam ter bases científicas que comprovem sua efetividade e que também possa ajudar a referenciar quais as implicações desse processo.

Para isto, utilizamos o método hipotético-dedutivo combinado com análises estatísticas de dados disponibilizados por diferentes fontes, especialmente os fornecidos por órgãos de pesquisa nacionais importantes. Além disso, a escolha da localidade para o estudo buscou selecionar que os municípios interioranos estivessem fora do centro-sul brasileiro, tivessem menos do que 200 mil habitantes, mais de 2.500 matriculados na IFES, com mais de 10 cursos de graduação e com a sede da reitoria, no período de 2000-2003. Ou seja, capturando historicamente o antes e depois do momento de implementação da política de expansão das IFES. Sendo assim, a pesquisa se direcionou aos municípios de Parnaíba (PI), Jataí (GO), Catalão (GO), Cruz das Almas (BA) e Redenção (CE).

De forma mais geral, foi verificado que a ampliação das matrículas de discentes nas IFES ocorreu até o ano de 2016, tendência revertida com a crise econômica e política ocorrida no Brasil no período, ainda assim, houve um forte investimento público que ajudou a impulsionar a expansão das matrículas na graduação da rede pública a partir de 2018. E, mesmo com a pandemia da COVID-19 reduzindo o ingresso de novos estudantes, houve um aumento da proporção de IFES em relação às matrículas das vagas do ensino superior público.

Já em relação aos cinco municípios selecionados, os projetos de IFES que analisamos tornaram-se autônomas entre 2005-2010, foram derivadas de outras universidades já existentes, com suas sedes localizadas nas capitais de seus respectivos estados, com exceção da UNILAB que já foi criada autonomamente. O marco comum de forte expansão das matrículas é o programa REUNI de 2007, momento em que houve aumento do oferecimento de cursos e investimentos em novas infraestruturas e contratações, incluindo novas sedes, já apontando para

um impacto significativo em seus municípios. Mas, isso não apaga as importantes diferenças estruturais de cada município, de tamanho demográfico, variedade de cursos ofertados ou de seus modelos educacionais. Assim, a inflexão dessa tendência ocorreu apenas a partir de 2016.

Além disso, o trabalho foi capaz de constatar características geoeconômicas de cada um dos municípios selecionados, apurando sua posição geográfica no estado e seus setores econômicos de principal atuação, identificando como se distribui sua participação nos mercados. Por fim, foram identificados indicadores importantes que pudessem dar sinais sobre o desenvolvimento dos municípios evidenciando com dados sua evolução ao longo do tempo, no período anterior e posterior à criação e autonomia das IFES.

A população de todos os municípios registrou crescimento, assim como o PIB, que, com exceção de Cruz das Almas, tiveram um impulsionamento importante de 100% de 2010 para 2021. Em termos de setores na composição do PIB municipal, em todos eles se destacaram com pelo menos mais de 30% de participação dos serviços, seguido pela administração pública e pecuária. Os postos de trabalho também tiveram incremento de 2000 a 2022, com destaque para choques sazonais e crises no plano nacional que impactaram negativamente o índice de empregos formais. Em relação aos veículos, destaca-se um crescimento importante do seu montante total ao longo de todos os anos em todos os municípios. Por fim, com os dados relacionados às finanças dos municípios, foi possível ver aumentos expressivos em todos eles, em especial, as operações de crédito aumentando, o que pode indicar um favorecimento da atração de investimento desses municípios no período posterior a criação das IFES.

Portanto, a hipótese de que houve um importante resultado positivo no desenvolvimento dos municípios a partir da instalação das IFES se tornou visível por meio da evolução positiva dos dados apresentados nessa pesquisa. Os municípios cresceram e desenvolveram economicamente, e esse é um indicador importante do impacto de uma política pública educacional descentralizada para uma ou mais regiões. Mas, apesar do relevante resultado empírico, apenas alguns dados principais foram analisados, e claramente revelam que há um potencial considerável para outras pesquisas no tema, que aprofundem com outros indicadores de desenvolvimento e que possam ampliar a visão sobre a magnitude econômico-social de instituições públicas de ensino para a sociedade em diferentes frentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES – Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior encaminhada ao senhor presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pela Andifes.** Brasília, 2003.

ANDIFES – Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior. **Programa de expansão, excelência e internacionalização das universidades federais.** Brasília, 2012. p. 1-24.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial, Brasília, 2007.

BRASIL. **Análise sobre a expansão das universidades federais de 2003 a 2012.** Brasília, 2012. 55 p.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70.** São Paulo: Global, 1985.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 101-141, 1997.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005.** São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

PERROUX, F. Intégration économique. Qui intègre? Au bénéfice de qui s'opère l'intégration?. **Économie appliquée**, v. 19, n. 3, p. 387-414, 1966.

GUIMARÃES, E. N.; OLIVEIRA, L. F. B. de. **Caderno temático I: análise regionalizada da expansão das IFES tendo por referência o perfil dos graduandos.** Goiânia: CEGRAF UFG, 2021. v. 1. p. 85.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Fundo de Cultura, 1961.

MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (Orgs.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI.** 1. ed. Brasília: IPEA, 2022.

MARQUEZ, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 0, p. 161-192, 2012.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OLIVEIRA, A. L. M. **Educação superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2019.

OLIVEIRA, J. C.; SILVA, J. A.; CAMPOS, V. D. de; SANTOS, W. F. L.; CEPÊDA, V. A. Uma análise sobre o sistema de ensino superior brasileiro: o modelo de universidades privadas e públicas e sua relação com o desenvolvimento. In: **XVI Congresso Internacional da FoMerco**, Salvador, 2017. s.p.